

Sumário

Número de notícias: 13 | Número de veículos: 13

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Trabalhadores se tornando PJ e programas sociais que reforçam desemprego: a bomba armada no INSS - CAPITAL S/A 2

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Unificação de dados proposta por Musk ameaça privacidade 4

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

STF definirá se incide IR na doação antecipada a herdeiros 5

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - OPINIÃO
SEGURIDADE SOCIAL

INSS em colapso (Artigo) 7

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Aposentados enfrentam saga para ter de volta descontos, após operação da PF 8

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

CONTAGEM REGRESSIVA 10

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
SEGURIDADE SOCIAL

Escândalo mostra descaso com governança da Previdência 12

O GLOBO - RJ - SAÚDE
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

SAÚDE MENTAL 14

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
SEGURIDADE SOCIAL

Não dá para subestimar a grave situação fiscal 16

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - BRASIL
ECONOMIA

Conta de luz ficará mais cara 18

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Os obstáculos institucionais para o ajuste fiscal 19

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

'Reforma administrativa tem de mirar eficiência e valorizar servidor' 20

ZERO HORA - PORTO ALEGRE - RS - ZH
SEGURIDADE SOCIAL

INSS tem 19 imóveis sem uso em Porto Alegre 24

Trabalhadores se tornando PJ e programas sociais que reforçam desemprego: a bomba armada no INSS - CAPITAL S/A

SAMANTA SALLUM

Conforme a coluna divulgou, o número de novos CNPJs no país vem crescendo em ritmo acelerado, segundo dados da **Receita Federal**. E são, principalmente, de microempreendedores individuais (MEIs) e de micro e pequenas empresas. A chamada pejetização dos trabalhadores emagrece a base de contribuintes do **INSS**. Somado a isso, o setor empresarial que quer contratar funcionários com carteira assinada aponta que as vagas estão ociosas. Isso porque muitas pessoas, que são beneficiadas pelos programas sociais voltados a quem está desempregado, preferem ficar na informalidade para não perderem os benefícios do governo. Assim, mais gente deixa de contribuir para a **previdência social**. E o envelhecimento da população, cada vez mais rápido, também amplia o número de pessoas que necessitam da aposentadoria. A combinação desses três fatores desenha um cenário de colapso no sistema. E, exatamente na semana que o TCU convocou autoridades do governo federal e auditores para debater isso, foi deflagrada a operação da PF para dismantelar o esquema de fraude no pagamento de aposentadorias.

O desconto indevido de dinheiro sobre os pagamentos, sem o consentimento dos beneficiados, tem ido, irregularmente, para entidades.

O próprio TCU, em auditoria, tinha alertado para o problema e cobrado providências.

Ausências depois da PF

O ministro da **Previdência Social**, Carlos Lupi, e o então presidente do **INSS**, Alessandro Stefanutto, estavam entre os confirmados no 9º Fórum Nacional de Controle do TCU na quinta-feira passada. Não compareceram devido à operação da PF um dia antes. "Temos, aí, uma situação desencadeada por falta de governança. Botaram a mão no dinheiro público. Por isso, é importante monitorar o uso dos recursos do Estado para evitar o prejuízo. Prevenir e não só depois punir", disse à coluna o ministro Augusto Nardes, que foi o coordenador do Fórum.

Histórico de irregularidades

A fiscalização do TCU analisou R\$ 91 bilhões em descontos de empréstimos consignados e mensalidades associativas que apareciam na folha de pagamento de benefícios do **INSS**. O Tribunal tinha constatado que nem todos os descontos foram aprovados pelos titulares dos benefícios. Cerca de 36% desse valor não passou pelas normas exigidas para a liberação. O relator do processo foi o ministro Aroldo Cedraz. Auditoria em 2023 apontava irregularidades.

Bloqueio de novos descontos

Em junho de 2024, o TCU decidiu que o **INSS** tinha de implementar bloqueio automático para todos os novos descontos, seja de empréstimos consignados, seja de mensalidades associativas, para todos os segurados, independentemente da data de concessão do benefício.

Ensinar a pescar

O deficit alarmante do INSS compromete, significativamente, as finanças públicas. Atualmente existem dois contribuintes para cada beneficiário. No anos 90, eram 14 os que faziam a contribuição.

Na avaliação de Nardes, os programas sociais que garantem renda sem trabalho deveriam ter contrapartida do beneficiado. "De forma alguma sou contra os programas sociais. Mas temos de ensinar a pescar e não apenas a dar o peixe", reforçou. E as entidades empresariais, como a Abras, aponta que há milhares de vagas de emprego no país ociosas por falta de mão de obra.

Brasília sediará o maior festival de inovação e tecnologia na indústria

A Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), lança amanhã o Festival Curicaca, o mais novo encontro internacional sobre inovação e tecnologia na indústria. O evento passará por todas as administrações

regionais. O anúncio oficial será realizado na sede da instituição, em Brasília (DF), com a expectativa de reunir o vice-presidente e ministro do MDIC, Geraldo Alckmin, a presidente da Petrobras, Magda Chambriard, e o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloizio Mercadante, além de outras autoridades do setor industrial nacional.

Shows e gastronomia

O Festival Curicaca contará com 10 trilhas de conhecimento, alinhadas às missões da política Nova Indústria Brasil (NIB), além de shows e gastronomia, e pretende reunir cerca de 100 mil pessoas na capital federal. O evento será realizado no estádio Arena BRB - antigo Mané Garrincha - e em diversos outros pontos da cidade. A proposta é que o Curicaca siga o modelo de sua inspiração no maior evento de inovação dos EUA, o South by Southwest (SXSW), realizado de forma descentralizada em vários locais da cidade de Austin, no Texas (EUA).

Lições de 40 anos de empreendedorismo

Valdir Oliveira, da direção nacional do Sebrae, e exsecretário de Desenvolvimento Econômico do DF, realiza, hoje, o segundo lançamento do seu livro Reflexões sobre crédito pequenos negócios. A partir das 19h, no Restaurante Beirute, da 109 Sul. "São quase 40 anos trabalhando com crédito e micro e pequenas empresas. Registre essa minha história de vida no livro", conta ele.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/7271/28-04-2025.html?all=1>

Unificação de dados proposta por Musk ameaça privacidade

Não bastassem o caos deflagrado na economia com o ímpeto tarifário, os ataques às universidades e ao Judiciário e o abandono de aliados históricos na geopolítica, o governo Donald Trump também parece interessado em fragilizar a privacidade dos cidadãos, um patrimônio da sociedade americana. Está nos planos de Elon Musk a integração de diversos bancos de dados de informações pessoais, com o objetivo de combater fraudes e desperdício. "O governo é fraudado porque os sistemas não conversam entre si", disse Musk.

A primeira vista, a crítica dele faz sentido. O governo se beneficiaria do cruzamento de dados e consequiria, por meio de sistemas de inteligência artificial, detectar abusos com facilidade bem maior do que se eles se mantiverem guardados em silos. Esse é justamente o princípio que inspira diversas iniciativas de governo digital (e-gov) bem-sucedidas pelo mundo, a começar pelo brasileiro gov.br.

Mas grupos de defesa de direitos civis temem que a centralização de dados tão diversos quanto prontuários de saúde, registros financeiros e tributários, renda em jogos de azar, números de cartões de crédito, contratos trabalhistas ou processos na Justiça seja usada pelas autoridades para punir críticos do governo ou, no caso específico de uma das obsessões trumpistas, monitorar imigrantes.

A **Receita Federal** americana concordou em prestar apoio ao Departamento de Segurança Interna nessa tarefa, despertando uma rebelião entre funcionários de carreira. Noutra frente, a Justiça barrou o acesso do Departamento de Eficiência Governamental (Doge), de Musk, a dados da Previdência, embora ele tenha obtido acesso aos registros do Tesouro e do Departamento de Educação.

"A criação de um banco de dados monstruoso e uniforme com todas as informações sobre todos os cidadãos será um convite à fraude e à retaliação política", disse o deputado democrata Jamie Raskin. A prática é, segundo ele, comum em estados autoritários como Rússia ou China. Nos Estados Unidos, vigora um pacto implícito, segundo o qual quem compartilha dados confia que serão usados apenas para certos fins restritos.

Na maior parte das democracias, vigoram leis para

disciplinar o uso de dados pessoais (no Brasil ogov.br também é regido pela Lei Geral de Proteção de Dados). Mas, nos Estados Unidos, não há definição legislativa recente sobre o que empresas ou governos podem fazer com os dados que coletam. A Lei da Privacidade em vigor é anterior à explosão de dados propiciada pela digitalização - foi aprovada em 1974 na esteira do escândalo Watergate. No espírito, ela protege a privacidade em detrimento da eficiência. Agora, Trump e Musk querem inverter a ordem de prioridade. Os embates deverão prosseguir na Justiça até que as mais altas instâncias decidam se eles poderão implementar sua própria versão do Big Brother.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

STF definirá se incide IR na doação antecipada a herdeiros

Marcela Villar - De São Paulo

O Supremo Tribunal Federal (STF) julgará, em repercussão geral, se é válida a cobrança do Imposto de Renda (IRPF) sobre ganho de capital na antecipação da transferência de bens a herdeiros.

Essa definição será importante porque a jurisprudência sobre o tema não é pacífica, nem mesmo dentro do Supremo.

Nove ministros já votaram a favor dos contribuintes. Foram eles: Luís Roberto Barroso (ARE 1387761), Nunes Marques (RE 851242), Dias Toffoli e André Mendonça (RE 1425609), e os cinco integrantes da 1ª Turma - Flávio Dino, Alexandre de Moraes, Cristiano Zanin, Luiz Fux e Cármen Lúcia - no mais recente julgamento da Corte, relatado por Dino, em outubro do ano passado (RE 1439539).

Mas não é possível dizer que há uma tendência de desfecho favorável aos herdeiros e donatários. Isso porque a 1ª Turma também já foi unânime a favor da União, em um caso julgado em agosto de 2023 (RE 1437588).

Além disso, o relator é o ministro Gilmar Mendes, da 2ª Turma, onde as decisões têm sido, por maioria, a favor da Fazenda.

Para alguns advogados, o novo julgamento "zera o jogo", pois a discussão, dessa vez, será mais profunda. Tributaristas dizem ainda que, independentemente da tese firmada, a decisão mudará a forma de planejamento patrimonial das famílias brasileiras. Se a cobrança do IR for admitida no adiantamento de legítima, esse instrumento deverá ser menos usado.

A repercussão da tese foi admitida em julgamento encerrado à meia-noite de quinta-feira, no Plenário Virtual. Todos acompanharam o relator, o ministro Gilmar Mendes. Ele entendeu que o tema tem "relevância jurídica, econômica e social". Reconheceu a oscilação da jurisprudência e, por isso, disse que ela precisa ser uniformizada.

A análise do mérito da controvérsia deve ocorrer em até um ano, conforme o artigo 1.035 do Código de Processo Civil (CPC), e o entendimento será aplicado

a todos os casos no Judiciário. Além disso, advogados dizem que a tese também se aplicaria aos processos de sucessão após a morte.

Para os contribuintes, não deve haver a cobrança do IR do doador, pois a operação já é tributada pelos Estados, pelo ITCMD ou ITCD. Argumentam que quem doa se desfaz do bem, portanto, não tem acréscimo patrimonial, mas decréscimo. E que a União não é competente para tributar doação, só os governos estaduais.

Já a Fazenda Nacional entende que não se está tributando a herança, mas o ganho de capital do bem doado, conforme artigo 23 da Lei nº 9.532/1997, regulamentado pela Instrução Normativa nº 84/2001. A base de incidência seria a diferença entre o valor de mercado e o custo de aquisição do patrimônio. A União também defende que não há bitributação, pois as bases de cálculo, fatos geradores e os contribuintes que recolhem o tributo são diferentes (RE 1522312).

O caso afetado pelo STF trata da antecipação da herança feita de um pai para a filha. Doou um terreno de 1,7 mil m² localizado em Timbó (SC), adquirido por R\$ 17,1 mil e cujo valor de mercado hoje é R\$ 400 mil. Antes da doação, o patriarca atualizou o valor histórico que constava no IRPF. O ITCMD, de R\$ 23,6 mil, foi pago ao Estado de Santa Catarina, mas a **Receita Federal** exigiu R\$ 26,7 mil de IR, pelo ganho de capital.

O contribuinte entrou com a ação na Justiça e obteve sentença favorável, confirmada pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), com sede em Porto Alegre. Desse acórdão, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) recorreu ao STF, alegando que a decisão violou os artigos 145 e 153 da Constituição.

Segundo advogados, a maioria das decisões dos tribunais regionais federais é contrária aos contribuintes. Túlio Parente, sócio do Rivitti Dias Advogados, diz que a iniciativa do STF de analisar o tema em repercussão geral é "super positiva".

"O STF vai ter a oportunidade de encerrar uma instabilidade jurisprudencial que há anos compromete a segurança jurídica e a estrutura da sucessão patrimonial, gerando incerteza para os contribuintes",

afirma.

Na visão dele, a decisão de mérito, quando proferida, trará um impacto direto sobre os arranjos sucessórios das famílias brasileiras. "Independentemente da tese que venha a prevalecer, o julgamento fixará qual o alcance e limites da União no contexto de governança patrimonial e familiar", completa.

Daniel Clarke, sócio do Mannrich e Vasconcelos Advogados, concorda. "A doação em adiantamento de legítima é um instrumento bastante utilizado para organizar a sucessão, reduzir conflitos e antecipar a partilha de bens. Se o STF reconhecer a constitucionalidade da cobrança de IR sobre o ganho de capital do doador, essa prática pode ser desestimulada", diz.

Embora a tese tenha sido delimitada para os casos de antecipação de legítima, por conta do caso de Santa Catarina ter tratado disso, "é bem possível que as razões de decidir desse julgado devam ser aplicadas à sucessão", segundo Nina Pencak, sócia do mesmo escritório.

"As decisões são bem conflituosas em ambas as turmas e a do Gilmar Mendes, que é o relator, é sempre contrária, mas como temos sempre a possibilidade de revisão de voto, não dá para saber o desfecho do julgamento", afirma a tributarista Daniela Guedes de Bassi, sócia do Pacheco Bassi Advogados Associados, que atua no caso a ser analisado pelo STF.

Daniela defende que, além de não ser possível a bitributação, há uma "incongruência" entre o Código Tributário Nacional e a Lei nº 7.713, de 1988. "A lei diz que o sujeito passivo tem que ser quem aufere aumento de capital, só que no caso da doação, não há acréscimo patrimonial de quem faz o ato", diz.

Além disso, acrescenta, o artigo 22 da lei de 1988 garante a isenção dos donatários, que seriam quem teriam o aumento de capital. "Os artigos se contrapõem, porque a lei diz que o acréscimo patrimonial da doação configura a base de cálculo no artigo 23, mas, ao mesmo tempo, dá a isenção no artigo 22."

Em nota ao Valor, a PGFN afirma que "o ganho de capital ocorre na medida em que o bem tem uma valorização de mercado (ágio) ainda na esfera patrimonial do doador".

"O que sucede é que a tributação desse ganho ocorrerá no momento da doação, e não antes. Trata-se de uma escolha temporal do legislador", diz.

A PGFN defende ainda que não há bitributação, pois o ITCMD e o IR têm fatos geradores e bases de cálculo distintos. "A incidência de **tributos** cuja base de cálculo está contida em outra base de cálculo é possível quando há previsão constitucional para tanto. Isso ocorre com o ITCMD e o IR: ambos são previstos constitucionalmente", completa.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20250425/>

INSS em colapso (Artigo)

SYSLEY SAMPAIO DE ARAÚJO E ALLINE GUIMARÃES MARQUES

direito tributário

Site:

<https://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil/>

O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) vive uma encruzilhada histórica.

Com um déficit anual de R\$ 350 bilhões, segundo dados do Tesouro Nacional (2023), o sistema previdenciário brasileiro se mostra cada vez mais insustentável frente às transformações sociais e econômicas do país.

O dado mais alarmante, porém, é que cerca de 50% dos beneficiários do **INSS** jamais contribuíram para o sistema. O modelo atual mistura previdência contributiva com assistência social, o que, segundo especialistas, gera distorções graves.

Entre os principais exemplos estão as aposentadorias rurais e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que juntos custam R\$ 230 bilhões por ano ao erário (**INSS**, 2023), muitas vezes beneficiando pessoas que nunca pagaram ao sistema. Esse desequilíbrio, alertam os juristas, drena recursos que poderiam ser investidos em áreas estratégicas, como educação, saúde e habitação.

Em meio a um cenário fiscal delicado, com a dívida bruta atingindo 78% do **PIB** (FMI, 2024), o modelo atual compromete a sustentabilidade do Estado e agrava o ciclo de desigualdade.

A previdência precisa migrar para um modelo híbrido, inspirado em países como Suécia e Austrália, onde a combinação entre contribuições obrigatórias e fundos privados regulados garante sustentabilidade e ampla cobertura. Já os benefícios assistenciais, voltados a não contribuintes, deveriam ser incorporados ao Bolsa Família, criando um Programa Nacional de Renda Mínima (PNRM).

O novo programa garantiria um piso de R\$ 1.640 por mês, corrigido pela **inflação**, especialmente voltado aos 39% de trabalhadores informais.

A proposta inclui ainda ações voltadas à inclusão produtiva, como microcrédito e qualificação profissional, ampliando oportunidades para trabalhadores informais - nos moldes do modelo australiano.

SYSLEY SAMPAIO DE ARAÚJO E ALLINE GUIMARÃES MARQUES, advogados e mestres em

Aposentados enfrentam saga para ter de volta descontos, após operação da PF

No começo deste ano, a professora aposentada Marly Santinato Lombardi, de 80 anos, tomou conhecimento, por notícias antigas, da existência de descontos ilegais nos pagamentos do **INSS**. Moradora de Jundiaí (SP) e aposentada pelo **INSS** desde 2006, resolveu descobrir se a fraude acontecia no seu caso.

Sem receber os extratos dos pagamentos, pediu informações para a filha sobre como poderia checar se era uma das vítimas.

Buscou acessar o aplicativo, sem sucesso, devido às diversas etapas necessárias para cadastrar informações, documentos e fotografia. "Para os mais idosos, é mais difícil usar esses aplicativos", afirma.

Depois de mais uma tentativa, desta vez com a ajuda da filha, constatou descontos realizados pela associação privada Master Prev desde setembro do ano passado. "Os valores foram aumentando, começaram em torno de R\$ 60 por mês, e chegaram a R\$ 81", diz.

Cancelar os descontos não foi uma tarefa simples. Marly tentou contato pelo número de atendimento do **INSS**, mas enfrentou longas esperas. Depois, conseguiu o telefone da Master Prev e solicitou a desfiliação.

Dias depois, recebeu em casa um documento para assinar para declarar que desejava cancelar a filiação à Master Prev. "Como eu nunca pedi para ser filiada, eu nem respondi e não assinei", diz Marly. Ela precisou voltar ao aplicativo do **INSS** para se descadastrar.

SÓ AGORA. Até março, os descontos ainda foram feitos. Só a partir de agora, segundo o atual extrato, é que voltará a receber os seus benefícios integralmente.

Poucos dias após conseguir resolver o problema, Marly soube que a Polícia Federal (PF) e a Controladoria-Geral da União (CGU) realizaram, na última quarta-feira, operação de buscas e apreensões no Distrito Federal e em 13 Estados. Batizada de Operação Sem Desconto, a ação derrubou o presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), Alessandro Stefanutto, e colocou sob suspeita 11 entidades.

Segundo a apuração da PF, elas participariam de um esquema que descontava mensalidades sem o conhecimento de aposentados e pensionistas ou que eles pensavam ser obrigatórias.

A Master Prev, que fez os descontos indevidos na aposentadoria de Marly, não é uma das 11 entidades alvo de medidas judiciais da Operação Sem Desconto.

Mas ela é citada entre as organizações que tinham Acordos de Cooperação Técnica (ACTs) com o **INSS**, e se coloca entre as 10 que mais fizeram descontos em 2024.

MAIS CASOS. Marly não é a única a reclamar das ações da empresa.

Os aposentados Neire Scognamiglio, Solange Cibok e Reynaldo Salgado, procurados pelo Estadão, relataram descontos feitos pela Master Prev sem consentimento.

Neire, de 65 anos, descobriu, em 2024, que tanto ela quanto o marido estavam sendo vítimas de descontos indevidos em seus benefícios do **INSS**, relacionados a associações desconhecidas para ela: Master Prev e Centro de Estudos dos Benefícios dos Aposentados e Pensionistas (Cebap). As cobranças, de R\$ 45 e R\$ 77,86, respectivamente, começaram após ligações suspeitas.

Ao tentar cancelar, a moradora de Matão (SP) foi orientada a enviar uma selfie com seu documento exigência que levantou suspeitas de golpe. Ao recusar o envio e acionar o Procon, conseguiu o reembolso em dobro dos valores, como prevê o Código de Defesa do Consumidor. Neire alerta para a importância de acompanhar mensalmente os extratos do **INSS**. Ela relata que, após a denúncia, os descontos cessaram e acredita que as entidades evitam reincidir sobre quem já reagiu legalmente.

HOLERITE. A professora aposentada Solange Cibok, de 57 anos, só descobriu que seu benefício era alvo de fraude semana passada depois que a Operação Sem Desconto foi deflagrada pela PF e pela CGU. Ao conferir o seu holerite, ela constatou que, desde abril do ano passado, o seu benefício de R\$ 1.775 vem sendo pago com desconto de R\$ 45,41 a favor da

Master Prev, entidade que ela afirma nem saber do que se trata. Nas suas contas, até hoje, a fraude lhe custou cerca de R\$ 600.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

"Realmente não tinha percebido, nunca me ligaram pedindo nada. Aliás, eu nem tenho contato com nada que é do **INSS**", diz Solange.

Aposentada da iniciativa privada por tempo de contribuição desde 2017, a professora nunca consultou o contracheque do benefício.

"Não tinha o hábito de olhar." Após constatar a fraude, a primeira providência da aposentada foi entrar no site do **INSS** e solicitar o bloqueio do desconto. Ela já recebeu um email do órgão informando que a cobrança foi suspensa. Quanto ao ressarcimento do desconto indevido, o **INSS** orientou que ela ligasse para o telefone 135 ou 0800 ou enviasse um e-mail.

"Estão roubando um monte de brasileiros.", disse ela.

No caso do jornalista aposentado Reynaldo Salgado, de 75 anos, as deduções equivaliam a 2% de sua aposentadoria. Ele percebeu o primeiro desconto em novembro do ano passado, quando foi checar seu holerite no aplicativo do banco. Ali constava que "algo como um desconto de contribuição previdenciária" seria repetido no mês seguinte. "Pensei: 'Sou aposentado.

Sou isento do sindicato, que paguei por 50 anos e do qual fiz parte. Corri atrás para ver o que era'." Salgado foi até a agência do **INSS**, onde foi informado que deveria entrar em contato com a Master Prev, a entidade que estava fazendo o desconto, para ser ressarcido. Assinou um formulário pedindo para cancelarem o desconto. Em janeiro, pediu o ressarcimento na Master Prev, mas ainda não recebeu.

OUTRO LADO. Procurada, a defesa da Master Prev, representada pelo escritório Fernando José da Costa Advogados, informou que a associação é "regularmente constituída e sempre pautou sua atuação no estrito cumprimento da legislação, prestando serviços lícitos e relevantes em benefício de seus associados".

"O procedimento de filiação observa rigorosamente todas as normas aplicáveis, contando com rígidos critérios de segurança e transparência, como a utilização de biometria, assegurando a integridade e a confiabilidade dos cadastros", informou a defesa da Master Prev por meio de nota. I LUCAS AGRELA, CARLOS EDUARDO VALIM, MÁRCIA DE CHIARA, LUCIANA DINIEWICZ E LUIZ GUILHERME GERBELLI

CONTAGEM REGRESSIVA

BERNARDO LIMA E BRUNA LESSA

O governo estima que 153,6 mil funcionários públicos federais irão se aposentar em uma década, entre este ano e 2034, o que deve aumentar a pressão sobre os serviços estatais. Isso representa um quarto do quadro total de servidores do Executivo.

Ao mesmo tempo em que o poder público digitaliza mais atividades, reduzindo a necessidade de novas contratações, o Ministério da Gestão (MGI) realiza um trabalho de dimensionamento da máquina pública para definir quantos concursos serão necessários para repor a força de trabalho. Para especialistas, é necessário avançar em uma reforma administrativa antes de se falar em concursos.

O Executivo federal tem hoje 570,5 mil servidores ativos. Ou seja, se as previsões do governo se confirmarem, 26,9% dos funcionários em atividade irão se aposentar nesta década. Pelas contas do MGI, o pico das aposentadorias deve ocorrer neste ano, quando 24,2 mil servidores estarão aptos a deixar o setor público, segundo dados da pasta. Outros 18,1 mil também poderão deixar o serviço público federal até o fim do governo Lula.

MAIOR AUTOMAÇÃO

O número de aposentadorias disparou após a Reforma da Previdência, com 38,5 mil registros em 2019, frente a 18,9 mil no ano anterior.

Um estudo da Escola Nacional de Administração Pública (Enap) indica uma tendência de maior automação em cargos que envolvem tarefas de menor complexidade, exigem menor nível educacional e têm remuneração mais baixa. Isso fez a taxa de reposição de servidores federais cair na última década, em grande parte devido às transformações tecnológicas no mundo do trabalho.

Assim, boa parte das aposentadorias -especialmente em funções operacionais -não exige substituição. Segundo o secretário de Gestão de Pessoas do MGI, José Celso Cardoso Jr., a prioridade do Executivo nas contratações deve recair sobre profissionais com capacidade de atuação transversal entre áreas e órgãos do governo.

-A digitalização de serviços e a automação de tarefas têm sido apontadas como soluções para reduzir a dependência de pessoal. Qual é o limite desse

processo? A soma das tecnologias informacionais com servidores públicos capacitados e motivados converge para a entrega de serviços de excelência ao povo brasileiro - afirma o secretário.

Atualmente, o entendimento é que será necessário realizar concursos para preencher vagas de nível superior e em áreas finalísticas. Há 214 mil cargos vagos, mas está claro para o governo que nem todos deverão ser preenchidos. Neste ano, cerca de 6,5 mil aprovados no Concurso Nacional Unificado de 2024 serão nomeados, e um novo certame, com 3 mil vagas, está previsto para 2025.

CARGOS OBSOLETOS

Como O GLOBO mostrou na semana passada, o Executivo federal calcula em cerca de 30 mil as vagas de cargos hoje vistos como obsoletos. Segundo dados do governo, além disso, 44.218 dos cargos do Executivo apresentam indícios de que devem ir pelo mesmo caminho. Na lista estão posições claramente ultrapassadas, como as de datilógrafos, ou funções que não necessariamente precisam ser feitas por funcionários concursados, como as de vigias, porteiros e recepcionistas - que são necessárias, mas podem ser feitas por terceirizados ou temporários, desonerando a máquina federal.

Para o professor do Departamento de Administração da Universidade de Brasília (UnB), Francisco Antônio Coelho Júnior, a necessidade de reposição pode ser uma oportunidade para impulsionar uma reforma voltada à modernização da gestão, ao aumento da eficiência e, consequentemente, à redução de gastos.

-Do ponto de vista técnico, a reforma tem potencial para contribuir com a redução do gasto público, permitindo que os recursos otimizados sejam direcionados a outras prioridades, como saúde e educação -avalia.

A discussão sobre a reforma administrativa se arrasta há anos no país, mas atualmente está travada. O governo iniciou, em 2024, um debate sobre um modelo próprio, com o objetivo de evitar que o então presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), avance com a proposta apresentada durante o governo Jair Bolsonaro, em 2020.

O secretário José Celso Cardoso Jr. diz que o Executivo já tem adotado medidas alinhadas a uma reforma administrativa, como a reformulação do

programa de gestão de desempenho dos servidores, em 2023, e a regulamentação do estágio probatório no início deste ano.

- A gestão de pessoas é um dos eixos das ações em curso de transformação do Estado, que também incluem a digitalização de serviços e a modernização da estrutura organizacional. A proposta do governo federal prioriza uma transformação que fortaleça o serviço público, estimule a inovação e melhore as entregas para o cidadão. Para isso, é essencial um sistema bem estruturado de avaliação de desempenho -afirma o secretário.

Na visão do professor de Administração Pública da FGV, Gustavo Fernandes, é fundamental que uma eventual reforma também contemple a reposição de atividades essenciais que não podem ser substituídas pela digitalização.

- A transformação digital, a informatização e o uso de inteligência artificial têm sido vistos como uma bala de prata, como se resolvessem tudo. Mas grande parte do trabalho da administração pública é intensiva em mão de obra humana. Professores, médicos, assistentes sociais, profissionais da saúde e da segurança pública não podem ser substituídos por algoritmos -diz.

PROFESSORES E PERITOS

Segundo dados do governo, quase metade dos aposentados entre 2010 e 2023 ocupavam 20 funções. Professores do magistério lideraram os desligamentos (7,7%), seguidos por técnicos do **INSS** (5,4%), médicos (4,5%), professores do ensino básico e tecnológico (3,7%) e assistente de administração (3,7%). Nos últimos anos, a idade média dos servidores na aposentadoria foi de 59,9 anos para mulheres e de 62,4 anos para homens.

A economista do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), Nathalie Beg-hin, alerta para o impacto das aposentadorias projetadas, sobretudo em um país que ainda enfrentará a criação de novas funções públicas, em razão de fenômenos como o envelhecimento da população e a digitalização.

- Ou seja, há uma enorme demanda reprimida e uma nova demanda por vir, diante das alterações demográficas e da quarta revolução industrial -afirma.

O professor de Administração Pública da Unicamp Oswaldo Gonçalves Junior, ressalta que as aposentadorias gerarão a necessidade de novas contratações no curto e no médio prazos, o que deve pressionar os gastos públicos.

- Políticas públicas não existem sem servidores bem selecionados e capacitados. Cabe aos governos compreender o quanto isso é essencial para o desenvolvimento do país. Diante da escassez de recursos orçamentários, é ainda mais necessário fazer boas escolhas, direcionando esse recurso precioso à contratação de **servidores públicos** que realmente façam a diferença - afirma o especialista.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Escândalo mostra descaso com governança da Previdência

O maior gasto da União, o da **Previdência Social**, que deve ultrapassar R\$ 1 trilhão este ano - ou 49,4% do orçamento federal-, não tem controles adequados. A fraude com autorizações fictícias de aposentados e pensionistas para descontos em suas contas no **INSS**, apropriados indevidamente por associações oportunistas ou de fachada, é a mais recente prova da vulnerabilidade da Previdência e de quem dela depende a ataques de salteadores. O atual episódio, que pode ter lesado os aposentados em R\$ 6,3 bilhões em uma conta aproximada até 2024, e incompleta, pois não contabiliza o primeiro trimestre de 2025, tem peculiaridades perturbadoras: a falta de vigilância atravessa governos sem que a governança seja aprimorada.

Ao contrário de escândalos que surgem de repente, aparentemente do nada, a fraude com os descontos dos aposentados foi alvo de investigações prévias da Corregedoria-Geral da União (CGU) em 2023, do Tribunal de Contas da União (TCU) e de denúncias anteriores, com resultados claros e comprometedores. Na amostra da CGU, 97% dos 1273 aposentados não haviam autorizado os descontos em seus benefícios. A apuração do órgão mostra que em 72% dos casos as entidades que receberam o dinheiro dos descontos não entregaram ao **INSS** a documentação necessária para fazê-lo.

Também de forma pouco usual, o **INSS** foi avisado previamente que irregularidades ocorriam em escala crescente, sem que qualquer providência digna de nota tenha sido tomada para interrompê-las. Foi necessária uma operação da Polícia Federal em 13 Estados e Distrito Federal, com 211 buscas em 13 entidades para pôr fim aos desvios. O presidente Lula demitiu o presidente do **INSS**, Alessandro Stefanutto.

Desta vez, não foram os aliados de fora da coalizão de esquerda petista, como o União Brasil, que indicou o ministro das Comunicações, Juscelino Filho, para um cargo ao qual assumiu já sob denúncias de desvio de emendas parlamentares para proveito próprio, que trouxe novos sabores a um governo acuado pela queda de popularidade. Carlos Lupi, ministro da Previdência, indicou Stefanutto para o posto, depois que seu antecessor na chefia do **INSS**, Glauco Warburg, também apadrinhado pelo cacique do PDT, foi exonerado na "farra das passagens", uso de dinheiro do **INSS** para custear viagens com fins

particulares.

Lupi não só fez péssimas indicações, como incorreu na temeridade agora de defendê-las após evidências suficientes de malfeitos. Qualificou Stefanutto de funcionário "exemplar", que "não deveria ser jogado na fogueira". Fez mais, declarou ao

Jornal Nacional que sabia dos indícios de irregularidades para as quais o **INSS** fora alertado. "Tomamos as atitudes possíveis. O governo tem suas demoras", disse.

Aliado de longa data de Lula, Lupi, ministro do Trabalho em seu segundo governo, e do primeiro de Dilma Rousseff, foi demitido em 2011 por operações suspeitas com ONGs. A ligação de Lupi com o associativismo e sindicatos vem do relacionamento com correntes que se opunham ao ativismo da CUT petista e, antes, à Lula no Sindicato do ABC, quando ele pregava o fim do peleguismo. Em nome de alianças equívocas, Lula entregou o Ministério do Trabalho em 2007 a Carlos Lupi, representante de antigos opositores do PT, entre eles, a Força Sindical.

A conta da espoliação dos aposentados por entidades de ocasião não pode ser atribuída apenas ao governo do PT. Denúncias sobre falsas autorizações foram feitas em 2016, mas foi a partir de 2019, no governo Bolsonaro, que os descontos com falsos consentimentos começaram a crescer, para deslanchar de vez no governo Lula. A MP 871, de janeiro de 2019, primeiro mês de Bolsonaro como presidente, fixou prazo de 2 anos para a reconfirmação dos descontos pelos aposentados. O Congresso subiu o prazo para 3 anos. Na lei do microcrédito digital, a 14.438, de 24 de agosto de 2022, a exigência de revalidação foi revogada. A partir daí, as falsificações encontraram campo aberto para prosperar, sem qualquer obstáculo. O governo Bolsonaro foi um dos responsáveis por isto, no que foi sucedido pelo absoluto descaso e inação do governo Lula.

A apropriação indébita do dinheiro dos aposentados traz um rombo adicional em contas públicas que não conseguem fechar no azul. A CGU prometeu que todos receberão o dinheiro de volta. O escândalo legou pelo menos dois problemas ao Planalto. O econômico, que pode atingir entre R\$ 6,3 bilhões e R\$ 8

bilhões, obrigará a mais uma ginástica difícil em um orçamento cada vez mais apertado. O político envolve decidir o destino de Lupi, sob cuja gestão as filas de pedidos de aposentadoria voltaram para perto do recorde. É um peão que nunca esteve na cogitação da **reforma ministerial** de Lula, que parece seguir ao sabor de desventuras, como a desistência do deputado Pedro Lucas de assumir o Ministério das Comunicações, ou agora, do velho estigma da corrupção que persegue os governos petistas desde o mensalão.

Se esses problemas podem não ter fácil solução, o da governança da Previdência tem: a nomeação de técnicos competentes, com boa reputação e bons antecedentes. Não é difícil encontrá-los.

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20250425/>

SAÚDE MENTAL

ALICE CRAVO

Contrário às políticas de internação adotadas há décadas no país, o governo Luiz Inácio Lula da Silva resolveu implantar um novo modelo de atendimento a pacientes psiquiátricos e proibir gradualmente o funcionamento de manicômios. Esses centros foram responsáveis, ao longo de vários governos, pela violação de direitos humanos. As novas diretrizes e regulamentações do Ministério da Saúde, porém, estão aquém da necessidade de quem precisa de cuidado especializado, segundo especialistas e gestores. Para eles, não houve uma transição capaz de suprir a demanda. O diagnóstico é que faltam vagas no Sistema Único de Saúde (SUS) e estrutura. Também persiste o tratamento inadequado.

O governo implementou mudanças com a nova política de Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). Entre as medidas prometidas está a ampliação de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), locais com equipes multidisciplinares para atendimento humanizado, sem isolamento do paciente.

A nova política também engloba o atendimento em Unidades Básicas de Saúde (UBS) e determina que internações devem ser feitas em hospital geral, em leitos de clínica médica. Esses pacientes normalmente são cuidados por um clínico. Hoje, porém, há críticas sobre esse tipo de assistência, principalmente em casos graves.

QUADROS COMPLEXOS

A médica psiquiátrica Maria Dilma Alves Teodoro, integrante da Associação Brasileira de Psiquiatria e médica do SUS há mais de 30 anos, pontua que a política não absorve toda a demanda.

- Eu pergunto: um paciente grave, internado em leito de hospital geral, sendo cuidado por um não especialista, é de fato a melhor assistência? Se fizer um contraponto com um paciente cardíaco: ele é mais bem cuidado por um cardiologista ou por um clínico? Estamos falando de complexidade de quadros - destaca a médica. -Temos experiência de pacientes sem tratamento que cometeram atos ilícitos por causa da doença. São pacientes graves, que cometem assassinatos pela doença. Se hoje a gente tem dificuldade de internar quem não tem conflito com a lei por causa de estrutura, imagina um paciente com essa gravidade sem um local com estrutura e atendimento especializado?

De acordo com dados do Ministério da Saúde, o Brasil conta com 2 mil leitos psiquiátricos pelo SUS em hospitais gerais. Os dados mostram uma redução da oferta, que em 2013 chegava a 33.454. A quantidade é considerada insuficiente para internações.

Ainda de acordo com a especialista, seria possível melhorar o modelo de hospital psiquiátrico, com o objetivo de reorganizar o sistema e aperfeiçoar a assistência.

José Alves Ribeiro, de 60 anos, sofre de esquizofrenia, ansiedade, bipolaridade e depressão. Ele já foi internado em hospitais psiquiátricos ao longo da vida. Apesar de ressaltar que "odeia manicômios", também afirma que o modelo hoje adotado não funciona:

-Temos que melhorar para gestores também não transformarem os CAPS em "minimanicômios". Estão nos dizendo que estamos sendo tratados em liberdade, mas não estão nos dando o tratamento que merecemos. Não há qualidade na área de saúde mental em nenhum local do Brasil.

FINANCIAMENTO

Procurado, o Ministério da Saúde afirma que investiu nos últimos anos na abertura de novos CAPS em diversas modalidades. Há, por exemplo, centros dedicados a casos específicos, como o atendimento a dependentes de drogas.

Em 2024, segundo a pasta, foram 3.019 novos centros habilitados, ultrapassando a meta prevista para aquele ano. O governo diz ainda que investiu R\$ 4,7 bilhões em saúde mental em 2024.

Os centros de atenção funcionam com um modelo de financiamento tripartite, ou seja, com verba federal, estadual e municipal. Uma das dificuldades apresentadas por estados e municípios é superar os processos burocráticos **impostos** para conseguir "habilitá-los".

O Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems) afirma que as redes hoje estão sobrecarregadas e que o financiamento é "desproporcional ao desafio".

Em nota, o Conasems diz que espaços como centros de convivência seriam alternativas essenciais para a reintegração social e recuperação de pacientes, mas

continuam sem financiamento federal.

A deputada federal Erika Kokay (PT-DF), crítica da lógica manicomial, enxerga a necessidade de aperfeiçoamento, mas defende a política do governo.

-Você precisa fortalecer a rede de CAPS, melhorar o hospital geral para atender pessoas em crise e melhorar esse atendimento em CAPS. Precisa de equipes multisser-viços, com relações familiares, comunitárias, com tratamentos terapêuticos para garantir o acolhimento, a humanidade e o tratamento.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Não dá para subestimar a grave situação fiscal

Todos os dias, assistimos a declarações que demandam cortes de gastos. Mesmo os familiarizados com o estado calamitoso da situação fiscal exigem um ajuste rigoroso. Um conhecido e respeitado economista sugeriu mudar a meta do arcabouço fiscal (superávit primário) pela relação entre a dívida pública e o **PIB**.

O que essas posições têm em comum é o alheamento sobre a impossibilidade de cortes robustos e permanentes nos gastos federais. Há até quem exemplifique com ajustes nas empresas em dificuldade, ignorando as diferenças na capacidade de gestão do setor privado e do governo. Quando muito, a equipe econômica consegue contingenciar dotações - que costumam ser tímidas, temporárias e insuficientes - e às vezes bloquear verbas orçamentárias relativamente insignificantes. O governo alardeia que pôs as finanças em ordem, o que está longe de ser verdadeiro.

O processo orçamentário e as estatísticas das finanças públicas melhoraram substancialmente nos últimos quase 40 anos, incluindo a criação da Secretaria do Tesouro Nacional. Abolimos aberrações institucionais como o Orçamento Monetário (OM) e o amplo acesso do Banco do Brasil (BB) a uma "conta movimento" no Banco Central (BC), que o habilitava a financiar fartamente as atividades da agropecuária e certas operações com a indústria. A resultante expansão monetária era neutralizada por emissão de dívida pública, que podia ser usada com objetivos de política monetária. Os recursos não se destinavam a cobrir déficits da União, mas a permitir a oferta ilimitada do crédito do BB e do BC (sim, oBC era uma espécie de banco de desenvolvimento). Todas essas distorções foram eliminadas em 1986 e 1987.

O certo teria sido continuar aquelas reformas, culminando com a modernização do processo orçamentário, ainda regido pela ultrapassada lei 4.320, de 1964. Não foi o que aconteceu. Pior, a Constituição de 1988 inaugurou uma marcha da insensatez fiscal que se prolonga até hoje. Movidos pela missão utópica de eliminar as desigualdades sociais e a pobreza (que tinha seus méritos), os constituintes lançaram as bases de uma generosa **previdência social** e de amplos programas sociais. Pouquíssimos deles, caso do então senador Roberto Campos, se preocuparam em verificar a possibilidade de criação, no Brasil, de

um Estado de bem-estar social nos moldes dos vigentes em países ricos da Europa. Ampliou-se a vinculação de **impostos** a gastos com educação (vigente desde 1984), o que mais tarde se estenderia à saúde. O salário mínimo foi indexado aos benefícios previdenciários.

Adicionalmente, os governos do PSDB e do PT tornaram realidade os princípios constitucionais sobre os programas sociais. Inventividade nunca esteve em falta para ampliar os respectivos gastos, processo que teve continuidade no atual governo com a criação do programa Pé de Meia e de incentivos ao professorado. Segundo cálculos de Raul Velloso, um de nossos melhores especialistas no tema, tais gastos representam hoje 84,8% das despesas primárias do setor público. Nada parecido ocorre no mundo.

A irresponsável ampliação desses gastos ao longo do tempo - quase todos de natureza obrigatória - fez com que eles se expandissem mais rapidamente do que os itens discricionários, especialmente em decorrência do envelhecimento da população e de seus efeitos na Previdência. O atual governo estabeleceu o piso para investimentos, que de certa forma pode também ser considerado mandatário. Quando computados os pisos de educação e saúde, 96% dos gastos do Executivo federal são obrigatórios. Em 1987, representavam 37%.

Assim, a rigor, restam apenas 4% para financiar gastos administrativos do governo federal e programas relevantes em favor da agricultura, da ciência e tecnologia, da cultura e da manutenção de brasileiros que frequentam cursos de mestrado e doutorado no exterior. Essa margem tende rapidamente a zero. Como mencionei em artigo neste mesmo espaço, estudo recente de Dayson Almeida e Paulo Bijos, da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara (Projeções fiscais e orçamentárias: o desafio das despesas discricionárias) indica que, a partir de 2027, o achatamento das despesas discricionárias tornar-se-á crítico, em decorrência do crescimento acelerado dos itens man-datórios, incluindo as emendas parlamentares. Não sobrará um tostão para financiar as demais despesas do Executivo. Claro, o colapso acontecerá antes, a que se seguirá grave crise financeira.

A gravíssima rigidez orçamentária, ignorada por

grande parcela dos analistas que continuam clamando por grandes cortes de despesas, já começou a produzir efeitos indesejáveis na formulação do Orçamento da União. É crescente a dificuldade de acomodar gastos indispensáveis tanto ao funcionamento mínimo da administração federal quanto para políticas públicas relevantes. Já falta dinheiro para o seguro rural, que é fundamental para apoiar a agropecuária, e há menos ainda para a expansão prevista no projeto de lei no 2951/2024, de autoria da senadora Tereza Cristina (PP-MS). A Embrapa, essencial para a inovação e a produtividade rurais, teve seu orçamento drasticamente reduzido. O Exército abandonou o programa de formação de atletas olímpicos. O IBGE sofre o efeito dos cortes nas atividades de pesquisas cruciais.

Voltemos à proposta de uma regra fiscal fundada na relação dívida/**PIB**, que o autor sugere seja de 60%. Considerando que essa relação é estimada em 80% para 2025, seria necessária uma redução de 20 pontos percentuais, exigindo superávit primário de R\$ 2,3 trilhões (ou R\$ 2,5 trilhões considerando-se a expansão nominal do **PIB** em 2025), o que é totalmente inviável. Na verdade, a Instituição Fiscal Independente estima um déficit primário efetivo de R\$ 128 bilhões para 2026 (o governo promete superávit de R\$ 30 bilhões). Tudo isso mostra o alheamento à gravidade da crise, também presente no governo. Assim, a crise financeira está contratada e próxima de acontecer.

No recente relatório do Banco Mundial sobre o desenvolvimento, dedicado a examinar a armadilha da renda - da qual o Brasil é prisioneiro - o glossário menciona a expressão "capitalizar na crise", que significa "o processo pelo qual a crise provoca a oportunidade de implementar reformas importantes, que de outro modo seriam bloqueadas". É o momento em que emerge o senso de urgência que, segundo cientistas políticos, gera o apoio social e político em favor de mudanças institucionais fundamentais para reverter a crise, de forma duradoura. É a esperança que nos resta.

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20250425/>

Conta de luz ficará mais cara

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) informou que a conta de luz passará novamente a ter taxa extra para bancar usinas térmicas em maio. Com a implantação da bandeira amarela, a taxa será de R\$ 1,88 para cada 100 kWh (quilowatts-hora) consumidos.

Segundo a agência, a bandeira será acionada porque chove pouco na transição entre o período chuvoso e o período seco do ano. "As previsões de chuvas e vazões nas regiões dos reservatórios para os próximos meses ficaram abaixo da média", disse.

O consumidor estava sem pagar taxa extra na conta de luz desde dezembro. "A previsão de geração de energia proveniente de hidroelétrica piorou, o que nos próximos meses poderá demandar maior acionamento de usinas termelétricas, que possuem energia mais cara", afirmou a agência.

O sistema de bandeiras tarifárias foi implantado em 2015 e tem o objetivo de bancar o acionamento de usinas térmicas em períodos de pouca chuva, ao mesmo tempo em que sinaliza ao consumidor de que o cenário energético é desfavorável.

"Com o acionamento da bandeira amarela, a Aneel reforça que é crucial manter bons hábitos de consumo para evitar desperdícios e contribuir para a sustentabilidade do setor elétrico", disse a agência em nota distribuída na sexta-feira.

A necessidade de taxa extra na conta de luz volta a pressionar a **inflação**, que vem em desaceleração nos últimos dois meses, mas ainda acima do teto da meta estabelecido pelo Banco Central, o que reforça expectativas de nova alta na taxa de juros em maio.

As bandeiras tarifárias funcionam da seguinte forma: Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia.

A tarifa não sofre nenhum acréscimo.

Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis.

A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,01885 para cada quilowatt- -hora (kWh) consumidos.

Bandeira vermelha - Patamar 1: condições mais custosas de geração. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,04463 para cada quilowatt-hora kWh consumido.

Bandeira vermelha - Patamar 2: condições ainda mais custosas de geração. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,07877 para cada quilowatt-hora kWh consumido.

Site:

<https://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil/>

Os obstáculos institucionais para o ajuste fiscal

Não é novidade que a situação fiscal brasileira é delicada. Nas minhas projeções, a dívida bruta do governo geral, conceito que inclui todos os entes federativos, deve saltar de 76,1% do **PIB**, em dezembro de 2024, para 80,0%, em dezembro de 2025. Para 2026, ainda pelo meu cenário, essa relação deve alcançar 84% do **PIB**.

O governo Lula da Silva, mesmo que priorizasse o ajuste fiscal, o que não é o caso, não disporia de força política para levar a cabo esse objetivo. Sobre o tema, recomendo a leitura do excelente editorial do Estadão intitulado Orçamento Sequestrado, País sem rumo (de 23/04, A3) no qual o jornal destaca que está havendo uma degeneração institucional que, se não revertida, condenará o Brasil à mediocridade.

Vejamos as emendas parlamentares. Em 2019, o valor empenhado de emendas foi de R\$ 13,86 bilhões (o pago foi R\$ 6,04 bilhões). Na Lei Orçamentária de 2025 (LOA) estão previstos R\$ 50,4 bilhões. A esse montante devemos acrescentar R\$ 11,2 bilhões referentes a um acordo que permite que os parlamentares indiquem a destinação de despesas discricionárias do Executivo, como forma de compensar repasses não pagos no ano passado. Ou seja, o Legislativo controlará, no corrente ano, R\$ 61,6 bilhões, o que equivale a 30% das despesas discricionárias. Pelas projeções do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO), mantido esse ritmo, as emendas absorverão, em 2028, quase 100% dos gastos discricionários.

Mas o problema não para por aí. De acordo com a Fundação Getúlio Vargas, tem havido expressiva descentralização fiscal nos últimos anos. Feitos os devidos ajustes, os gastos primários da União, a preços constantes do último trimestre de 2024, cresceram 5% de 2019 a 2024. Pela mesma métrica, nos demais entes federativos, esse aumento foi de 26,4%. E a descentralização tende a crescer com a Lei Complementar 212/25, que oferece generosos subsídios nas renegociações das dívidas dos Estados com a União. Como controlar a alocação eficiente de recursos públicos em 26 Estados, no Distrito Federal e em 5.565 municípios?

E as tão faladas renúncias fiscais, conhecidas como gastos tributários, já se aproximam de 8% do **PIB**, quando se incluem, além da União, os Estados e

municípios. Como disse o secretário Bernard Appy, a redução dessas renúncias é fácil de se falar, mas quase impossível de se aprovar no atual arranjo político.

É ingênua a visão de que a esquerda promove a gastança e a direita a austeridade. A gastança não tem ideologia. Avança na base, na força de pressão de setores privilegiados e na anarquia de nossas instituições políticas.

E haja força política para mudar isso. Vide, por exemplo, as dificuldades enfrentadas pelo ministro Fernando Haddad para acabar com as renúncias fiscais concedidas ao setor de eventos, em 2021, que perderam o completamente o sentido com o fim da pandemia.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

'Reforma administrativa tem de mirar eficiência e valorizar servidor'

A reforma administrativa não deve ser guiada por questões exclusivamente fiscais, mas por maior valorização dos servidores e eficiência do setor público, afirma Claudia Costin, ex-ministra da Administração e Reforma do Estado no governo Fernando Henrique Cardoso.

Em entrevista ao Valor, Costin defende que os salários do setor público sejam tão altos e competitivos quanto os do setor privado e que o estágio probatório seja mais utilizado para a avaliação do desempenho dos estatutários.

"Ter funcionários de carreira razoavelmente bem remunerados permite uma continuidade de políticas que têm de ser de Estado, e não de governo", diz Costin, que foi diretora global de educação do Banco Mundial e membro da Comissão Global sobre o Futuro do Trabalho da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Ela alerta, contudo, que "profissionalizar a máquina pública é um processo, não é uma coisa que se resolve em um ou dois governos".

Ex-professor visitante da Universidade Harvard, Costin lecionou também na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), no Insper e na École nationale d'administration publique (Enap), no Canadá, e é considerada uma das maiores especialistas em educação do país.

Leia a seguir os principais trechos da entrevista.

Valor: Vivemos um momento de intenso debate sobre reforma administrativa. Comparando com a época em que esteve no governo para cuidar disso, quais eram e quais são as necessidades hoje? Desafios?

Claudia Costin: Existiam algumas características daquela época que precisavam ser transformadas e que não são as mesmas de hoje. Em primeiro lugar, havia uma des-qualificação de parte importante dos servidores do governo federal, uma certa desprofissionalização. Os servidores trabalhavam apenas seis horas por dia, porque provavelmente não se queria dar aumento salarial a eles. Mas isso, em um certo sentido, desprofissionaliza. O resto dos trabalhadores de nível superior trabalhava oito horas por dia. A frequência era muito baixa, o absenteísmo era alto. E, ao mesmo tempo, havia uma rigidez que a Constituição trouxe que foi importante, mas que não

era importante para todas as atividades. Por exemplo, a Constituição dizia que era obrigado [o servidor] ser brasileiro nato ou naturalizado. Isso para as universidades era um desastre. A internacionalização ficava prejudicada, havia dificuldade de se fazer parcerias.

[Luiz Carlos] Bresser Pereira teve papel de liderança muito importante nisso tudo, de criar um plano diretor da reforma do aparelho do Estado. E esse plano diretor, em vez de estabelecer regras rígidas para tudo, olhou para diferentes áreas de atividade do Estado. Por exemplo, a formulação de políticas públicas, a responsabilidade para a coordenação nacional de políticas públicas ou até atividades em que se precisa de alguma flexibilidade, em que existe um certo poder de regulação ou de exercício de poder de polícia. Era preciso ter agências ou autarquias, mas com funcionários públicos de carreira. Não havia agências reguladoras e havia uma privatização de algumas atividades. E aí como é se evita a formação de oligopólios ou monopólios?

E para atividades que não são típicas de Estado, como no setor da cultura, como nos museus nacionais em que o curador não precisava ser um funcionário de carreira, podia-se ter algum tipo de parceria público-privado.

Também na época do Bresser como ministro e eu como secretária-executiva, foi criada uma emenda constitucional que permitiu a figura das organizações sociais. A primeira delas foi na área de pesquisa. Depois, na área de saúde, com hospitais privados podendo ser certificados como organizações sociais, como acontece na França, por exemplo.

Ao mesmo tempo, para profissionalizar, restabelecemos o [contrato] de oito horas e atualizamos uma carreira de gestor de políticas públicas, que depois virou especialista em políticas públicas e gestão governamental, que era uma carreira com um salário bem mais alto para atuar em qualquer ministério. Reformatamos essa carreira que havia sido aprovada em 1987 para algo mais dinâmico, com concurso bastante competitivo, com salário bem interessante e uma etapa de formação desses servidores. Essa ideia não foi inventada por nós, porque a **Receita Federal** já tinha isso para os seus agentes, uma etapa do concurso na escola

fazendária, como chamavam. Nós fizemos isso para os especialistas em políticas públicas, mas também para o pessoal do Tesouro e do controle interno. Então, as carreiras típicas de Estado tiveram uma requalificação, inclusive a da Polícia Federal.

"Estágio probatório deveria ser melhor usado em todos os cargos"

Houve um esforço que olhava, por um lado, para uma certa flexibilidade que pode ter causado estranhamento e, por outro, uma organização das carreiras e concursos anuais. Essa foi uma discussão que tive após o PT assumir. No co-mecinho do governo Lula [em seu primeiro mandato], eles pararam todos os concursos, e nós fizemos um cálculo para que todo ano houvesse concurso. De acordo com a folga fiscal, tem-se um percentual dos que se aposentam, portanto, não se está inchando a folha pública de servidores de carreira. No período mais folgado, metade dos que se aposentavam era reposta. Então, não se criava aquela situação de no quarto ano após o concurso estarmos chamado os últimos colocados.

Valor: Houve unificação das carreiras ou espécie de otimização?

Costin: Fizemos isso nas carreiras da Advocacia-Geral da União. Quer dizer, não existia a Advocacia-Geral da União, havia procuradores, o Ministério Público ainda não havia sido criado. Então, criou-se uma carreira jurídica unificando os salários, por exemplo, dos procuradores autárquicos do **INSS**, que ganhavam muito mais do que os procuradores que trabalhavam na consultoria jurídica. E não havia uma unidade entre o pessoal que trabalhava nas consultorias jurídicas, nos ministérios. Então, unificamos as carreiras e organizamos os concursos. Fizemos muita coisa que combinava rigidez e flexibilidade. Demos uma limpa na folha em, por exemplo, muitos funcionários fantasmas ou servidores que estariam com 108 anos e ainda estavam na folha recebendo como ativos. Houve muita irregularidade também no processo de transformação dos ex-territórios [onde hoje estão Roraima, Rondônia e Amapá]. Tivemos até casos de mortos que passaram a aparecer como servidores da União, como se fossem ativos. Tivemos pessoas que apareceram como funcionários de cargos que exigem curso superior, quando não tinham feito curso universitário. Foi necessária uma grande depuração na folha de pagamento. À época, fui ameaçada de morte, a minha filha foi ameaçada de morte.

E outra coisa que o Bresser intro-duziu foi diminuir o número de carreiras, da mesma maneira que os gestores podiam ter desempenho em qualquer ministério. Temos um problema antigo em Brasília de

burocracias competindo entre si. Eu me lembro, por exemplo, quando foi criado o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal [gerido pelo Tesouro] e a Secretaria de Planejamento [responsável por coordenar o Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal]. E criaram um sistema integrado de administração financeira, que foi um caso único no mundo naquela época. Aí o Planejamento, que cuida do Orçamento, resolveu criar um outro sistema que era para fazer a mesma coisa. E os dois não conversavam entre si. Na questão das carreiras, também deveria haver uma unificação. Tentamos unificar algumas, essa de gestores, mas agora vemos que voltaram a se fragmentar. Tem-se a carreira de cada ministério, mas não deveria ser assim. Esse gestor deveria ter uma formação mais generalista.

Nós adotamos uma estratégia de, por exemplo, não mandar menos de dez [aprovados em concurso] para cada ministério. Imagina uma pessoa, formada para ter uma análise muito mais sofisticada, que vai sozinha para um ministério. Ela será engolida pela cultura instalada naquele ministério.

E também colocamos em extinção muitos cargos operacionais, como porteiro, garçom, ascensorista. Pois isso dá para terceirizar.

Valor: Como enxerga os desafios de hoje?

Costin: Acho que vivemos um outro momento. Primeiro, os salários no governo federal. Não vou discutir os salários do Judiciário, pois isso já foi debatido um monte. Não tínhamos poder sobre o Judiciário, mas os salários do Executivo hoje estão bem mais atrativos, tudo está bem mais profissionalizado. Ter funcionários de carreira razoavelmente bem remunerados permite uma continuidade de políticas que têm de ser de Estado, e não de governo. Devo confessar que, durante o período dos cinco ministros de Educação que o Bol-sonaro teve, consegui ajudar um pouco os Estados na coordenação da resposta educacional à covid-19, porque eu conhecia a maior parte dos gestores de políticas públicas. Eu tinha entrada na máquina. E não é que tudo foi resolvido, porque esse é um processo. Profissionalizar a máquina pública é um processo, não é uma coisa que se resolve em um ou dois governos. E eu fiquei um pouco preocupada quando descontinuou essa política dos concursos anuais.

Valor: Porquê?

Costin: Porque a resposta à crise fiscal é uma medida que é ajustada à necessidade da crise fiscal. Então, continua-se fazendo concurso anual, mas se organiza isso de um outro jeito. Essa ideia de concursos anuais teve como inspiração o Japão e o próprio Itamaraty.

Quase todo ano tem concurso para diplomatas. E eles estão sempre chamando os melhores. Com concurso anual, chama-se para o número de vagas necessárias, o que melhora a eficiência da gestão.

O governo estadual de São Paulo tentou criar uma carreira de gestores. Mas fizeram com uma remuneração baixíssima, em um Estado em que a iniciativa privada paga bons salários. Se você quer conquistar os melhores talentos, porque trabalhar na máquina pública deveria ser pouca gente e muito qualificada, é preciso se ter uma estratégia.

Valor: Na sua opinião, então, esses salários teriam de competir com o setor privado?

Costin: Sim. É com o governo federal que se está lidando. Não com prestação de serviços, mas políticas nacionais que demandam uma capacidade de reflexão e de análise mais sofisticada.

Valor: Como vê a equipe encarregada disso?

Costin: Tenho uma impressão muito positiva da ministra de Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck. Cheguei a mandar um recado para ela, que, se quiser conversar, estou à disposição. Mas ela não chamou. Mas nem por isso deixei de ter uma boa impressão dela. Por exemplo, essa organização dos concursos, o "Enem dos concursos", é uma boa ideia porque organiza. Mas eu voltaria à lógica de concursos anuais.

Valor: O governo busca uma estabilidade mais restrita desses servidores. Então, somente depois do término do vínculo, de permanecer um ano, eles seriam avaliados.

Costin: O estágio probatório, como se tem em universidades públicas, deveria ser melhor usado em todos os cargos. Seja para ser um período de aprendizagem em serviço, o que se usa muito pouco, seja para avaliação. Hoje existe avaliação de desempenho, no estágio probatório. Mas, em muitos casos é pro forma. Se fala muito do princípio da impessoalidade. Mas aí o gestor daquele indivíduo terá de julgar o seu desempenho. Ele ganha um adicional para ser gestor de pessoas. Então, ele tem de, ao mesmo tempo, se dedicar a formar melhor esse profissional e avaliar se está dando certo. Afinal, é o dinheiro público que está sendo investido naquele indivíduo. E também tem de evitar perseguições políticas. O cuidado e a impessoalidade são importantes para evitar perseguições políticas.

Valor: Então, na sua avaliação, deveria haver o melhor uso disso em todas as carreiras.

Costin: Sim. Mesmo que isso, em alguns casos, signifique uma parcela importante dos que entraram serem descartados depois de três ou cinco anos, por exemplo.

Valor: Se houver tais mudanças, na prática, isso aproximaria o serviço público do setor privado de alguma maneira, não?

Costin: Com certeza, mas tem que ter um cuidado adicional. Essa questão da impessoalidade é muito importante no setor público. Porque o clientelismo, o fisiologismo, especialmente nos Estados, acontece com frequência. E nos municípios pequenos, com mais frequência ainda. Então, tem que haver uma certa proteção, e justamente por isso que acredito que nas carreiras típicas de Estado deve haver proteções adicionais para serem evitadas demissões simplesmente políticas.

Nesse sentido, uma outra coisa que acho que o governo Lula avançou foi diminuir o percentual de servidores de cargo comissionado. Os DAS [cargos de direção e assessoramento superior, que são comissionados na administração pública federal] deveriam ser uma parcela pequena. Por exemplo, uma pessoa que analisará os seus processos ou um assessor pessoal de muita confiança ou um grande especialista em um tema que pode ser importante se ter como assessor ou secretário-executivo.

Valor: Como avalia as mudanças que vêm sendo feitas no serviço público nos EUA?

Costin: Antes de Donald Trump já havia muita flexibilidade no serviço federal. Mas ele mandou uma carta para cada um e disse que quem não estiver de acordo [com suas políticas] não pode seguir trabalhando. Imagine uma coisa dessas no Brasil. A reforma do Estado não pode ser alinhada com a visão política desse ou daquele governante. Tem de ser alinhada com o que o país precisa em termos de políticas de Estado. Especialmente quando falamos de governo federal. Porque tem de lidar com Estados que têm orientações políticas as mais diversas, no nosso caso. E nos EUA é a mesma coisa.

Valor: Críticos da PEC 32, que trata da reforma administrativa, mas não é foco do governo, argumentam que ela já nasceu obsoleta e tem objetivo estritamente fiscal.

Costin: Não deveria ser uma questão fiscal, deveria ser uma questão de profissionalização. Porque corre-se um risco muito grande de cortar algo que é decisivo para coordenar políticas nacionais.

"Nas carreiras típicas de Estado deve haver proteções

adicionais" nais. Recentemente, a Maria Her-mínia Tavares escreveu um artigo sobre uma espécie de SUS da segurança pública.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20250425/>

E eu defendo algo que está na Constituição, mas ainda não é lei, que é o Sistema Nacional de Educação, que pode ter instâncias tri-partites de negociação para garantir o acesso. Como asseguro educação de qualidade para todos? Você não consegue isso simplesmente dando liberdade total para os Estados e municípios, tampouco criando uma máquina que o governo federal opera. Sou contra a visão do [ex-ministro] Cristovam Buarque de federalização da educação nacional, porque corremos um risco de ter uma visão muito rígida, quando somos um país com grandes diversidades regionais.

Então, deveria haver na segurança e na educação instâncias de negociação tripartites, como há na saúde. Para isso, eu não posso ter um raciocínio restrito à questão fiscal. A busca pela eficiência, sim. Ou seja, gastar um pouco menos para garantir um serviço melhor. Eficiência combina custo com o resultado da ação pública. Temos de ter também eficácia e efetividade.

Valor: Mas pensando em profissionalização e salários competitivos, não corremos o risco de irmos contra a ideia de eficiência fiscal?

Costin: Depende de como fazemos isso. Por exemplo, precisamos ter menos gente com salário melhor. Há muitas áreas com gente demais em atividades de logística, por exemplo. Lembro quando um ministro da Fazenda, por exemplo, tinha oito secretárias. Fazia sentido, porque os contratos eram de seis horas, a equipe do gabinete do ministro saía mais tarde, nada era informatizado. Hoje em dia, muitos executivos compartilham secretários, até em grandes e médias empresas. Temos de prestar atenção nisso. Será que existem ineficiências? Será que estamos abrindo concurso para coisas que não precisariam de tantos profissionais? Isso deveria ser uma preocupação constante. Atrair talento implica salários competitivos, o que não temos em todas as áreas.

Valor: Qual modelo poderia ser inspiração para o Brasil?

Costin: Acho que temos de olhar menos para o modelo americano, que é muito diferente do nosso, com exceção de compras governamentais unificadas. Para começar, eles podem demitir como qualquer empresa privada. Mas a França, por exemplo, tem um setor público que se compara ao nosso. O Japão também. Embora sejam países menores e não sejam repúblicas federativas, acho que dá para olhar para eles.

INSS tem 19 imóveis sem uso em Porto Alegre

Carlos Rollsing

O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) é proprietário de 19 imóveis sem uso somente em Porto Alegre. Entre os bens, há prédios, um andar inteiro de grande edificação, lotes, glebas e apartamentos.

As posses estão espalhadas desde o Centro Histórico até bairros populares, como Passo d Are ia, Floresta, Santa Tereza, Partenon, Vila Safira e Camaquã. Estimativa de urbanista consultado pela reportagem aponta que, se as propriedades fossem reconvertidas em edifícios para habitação de interesse social, poderiam ser assentadas até 5.413 pessoas (confira quadro ao lado).

Dez dos imóveis que compõem o patrimônio estão sob ocupações irregulares, algumas delas com alta densidade de moradias, formando vilas. Outros nove, além de estarem sem uso pelo proprietário, o **INSS**, também estão vagos. Os dados foram obtidos pela reportagem junto ao órgão federal via Lei de Acesso à Informação (LAI).

O mais conhecido dos imóveis inutilizados é o prédio em que já funcionou uma agência do **INSS** na Travessa Mário Cinco Paus, no Centro, no entorno do Mercado Público e da Praça Montevideu.

O edifício de 26 andares, após anos de inatividade, está desde junho de 2024 sob ocupação do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), que negocia com o governo federal a destinação do imóvel para programa de habitação social.

Um dos entraves para as negociações foi destacado pelo **INSS** na resposta via LAI: todos os 19 imóveis de propriedade do órgão, mesmo em desuso, compõem o Fundo do Regime Geral de **Previdência Social** (FRGPS).

E o instrumento em que ficam resguardados todos os ativos do **INSS**, como imóveis, móveis, liquidação de bens de pessoas físicas e jurídicas em débito com a Previdência e a receita das contribuições sociais. A finalidade do fundo é garantir recursos para pagar os benefícios do regime geral da previdência, sendo a aposentadoria o principal deles.

Propriedades compõem um fundo de previdência, diz

instituição federal

Em consequência disso, para que qualquer imóvel do **INSS** possa ser destinado a programas de habitação social, o FRGPS deve, por força de lei, ser ressarcido pelo valor de mercado correspondente. Somente no caso do edifício da Travessa Mário Cinco Paus, o **INSS** informou, em junho de 2024, que o custo do bem era de R\$ 58,8 milhões. Para os demais imóveis, o órgão respondeu não dispor de avaliações atualizadas.

Ainda no Centro Histórico, chama atenção a propriedade do **INSS** de um andar inteiro, com mais de 800 metros quadrados, sem uso e vazio, na Travessa Francisco Leonardo Truda. Dentre terrenos urbanos em Porto Alegre, o instituto é dono de oito lotes (porção de área maior que foi parcelada) e três glebas (área de terra não loteada), algumas delas de consideráveis extensões. Três estão vagas e oito ocupadas por comunidades populares.

Negociação sem avanço

A Vila Maria, formada por cerca de 80 famílias, fica em um dos terrenos ocupados do **INSS** no bairro Camaquã, na Zona Sul. Entre 2021 e 2023, o diretor-geral do Departamento Municipal de Habitação (Demhab), André Machado, negociou junto ao órgão a regularização fundiária da comunidade, mas não houve acordo.

- E uma área não operacional do **INSS**, mas eles diziam que faz parte do fundo (FRGPS) e só aceitavam vender. O município não queria comprar, queria regularizar, como faz nos lugares onde há concordância do proprietário. Não avançou -comentou Machado.

A Vila Maria segue como ocupação, o que cria obstáculos para a realização de investimentos públicos e a cobrança por serviços. _

CONEXÃO T DIGITAL

Alistados 19 imóveis do **INSS** sem uso

Projeções

OS CÁLCULOS

Em exercício hipotético, com o objetivo de estimar o potencial das propriedades do **INSS** para

a geração de moradia popular, o urbanista Benamy Turkienicz, professor titular da Faculdade de Arquitetura da UFRGS, fez cálculos aproximados que atribuíram 19,74 hectares aos imóveis em desuso.

Em projeção conservadora, considerando a alocação de 150 habitantes por hectare, seria possível construir casas térreas ou providenciara regularização fundiária de pelo menos 2.961 pessoas nas posses do **INSS**, afirma Turkienicz.

Dados do último Censo indicam que o déficit de Porto Alegre é de 31.783 domicílios. Como a média de moradores por domicílio ocupado é de 2,37, a cidade teria déficit habitacional de pelo menos 75,3 mil pessoas. O potencial de assentar 2.961 nas propriedades do **INSS** representa 3,93% do déficit.

Excluindo terrenos com restrição, o potencial habitacional em casas térreas nas posses do **INSS** atenderia 1.804 pessoas, equivalente a 2,40% do passivo.

O número de moradias poderia crescer em caso de opção por apartamentos, em edifícios de três a quatro andares, nos lotes

e glebas sem restrição, diz Turkienicz. Considerando 450 habitantes por hectare, referência recorrente nos empreendimentos populares, poderiam ser atendidas 5.413 pessoas, ou 7,1% do passivo.

O INTERESSE

O **INSS** assegurou que não é de seu interesse manter

as posses, que geram custos de manutenção, embora esteja atado pela burocracia. Portaria de fevereiro de 2021 determinou a transferência da gestão dos imóveis do FRGPS para a Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União (SPU). A propriedade continuará sendo do **INSS**, mas a gestão sobre o que fazer com as posses está em processo de transição para a SPU. O **INSS** está impedido de leiloar o patrimônio enquanto a gestão dos bens não estiver transferida à SPU.

Site: https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/?_gl=1*bylo9x*_gcl_au*MTE4MTA3Nzg1NS4xNzQxMzQ0ODM0#page/28